

Dez milhões de jovens estarão fora da escola

Estimativa é do economista

Ib Teixeira, da FGV, para quem setor está em crise

SILVIO BARSETTI

RIO – Cerca de 10 milhões de crianças estarão fora do processo educativo em 1998. Essa estimativa, do economista Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é uma das indicações da crise na educação do País que será publicada no próximo número da revista *Conjuntura Econômica*. Baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Educação, da FGV e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a pesquisa de Teixeira revela também que o total de analfabetos “absolutos” no Brasil é praticamente igual ao de países como Índia, Paquistão, Bangladesh, Indonésia e México.

Teixeira afirma que o ano letivo de 98 “está começando com cerca de 2% das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos longe dos bancos escolares”. Isso representa em torno de 3,1 milhões de crianças. Somadas a outras

3 milhões que abandonam anualmente a escola e a um número um pouco maior de “repetentes crônicos”, o número chegaria a 10 milhões. Teixeira lembra que esse total de “sem-escolas” é maior que a população de Portugal (9,9 milhões de habitantes).

O pesquisador recorre ao primeiro censo demográfico no País, em 1872, que registrou a existência de 8,3 milhões de analfabetos, para compará-lo com o censo de 1991, cujo número de analfabetos alcançava 19,2 milhões. “Temos no fim do século 20 um número absoluto de iletrados 43,4% maior que o do fim do século passado.” Teixeira defende que o crescimento da população não serve como justificativa para tantos excluídos de educação e afirma que os analfabetos “funcionais” existentes no Brasil chegam a 30% da população.

Para ele, o analfabeto funcional é aquele que não alcança um nível básico de compreensão dos textos usados no cotidiano ou não pode resolver questões aritméticas elementares. Ele ressalta ainda o aviltamento do salário dos professores da rede pública. Cita que em 1963 um professor do Estado da Guanabara recebia o equivalente a U\$ 900 e atualmente esse salário está em torno de U\$ 300.

Ensino a distância é regulamentado

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto regulamentando o ensino a distância no País. A medida vai permitir o reconhecimento de certificados e diplomas de instituições que forem credenciadas para oferecer cursos de ensino fundamental, médio, profissionalizante e de graduação.

A regulamentação da pós-graduação a distância foi excluída, pois ainda há polêmica sobre o assunto. Segundo Carmem de Castro Neves, coordenadora de Programas Especiais da Secretaria de Ensino a Distância, já existem instituições interessadas, como a Universidade Federal de Santa Catarina, que está criando um curso de mestrado a distância. “Mas ainda há parcela temerosa de que a entrada de instituições estrangeiras dificulte a consolidação da pós-graduação”, explicou. Até o fim do mês, o Ministério da Educação publicará as portarias com as regras de credenciamento.